

Luc Boltanski



A Presença das Pessoas Ausentes

Luc Boltanski é Professor da École des Hautes Études em Sciences Sociales, na França. Autor de livros como “O Novo Espírito do Capitalismo” (com Eve Chiapello) e “As Classes Sociais e o Corpo”.

TRADUÇÃO: Murilo Carini

1. O TESTEMUNHO EM DIFERENTES REGIMES

Prestar testemunho é um mecanismo de compromisso. Testemunhar é comprometer-se perante outra pessoa e convidar seu próprio testemunho. Nesse sentido, a questão do testemunho está ligada a duas outras questões: àquelas de sofrimento e verdade. As demandas do testemunho nunca se impõem tão fortemente como quando o sofrimento está em jogo. Quando se retira sua força do sofrimento, o testemunho é uma solicitação de compromisso, no sentido de conter preocupação que pede para ser partilhada. É por essa partilha que o sofrimento, um processo desumanizante por natureza, adquire uma dimensão humana. Se outros estiverem preocupados ou apreensivos, ele não mais exclui aqueles que sofrem com o mundo, mas pelo contrário, ele os conecta ao curso dos assuntos humanos. É apenas para fazer parar, para atenuar ou transformar que vale a pena conversar ou ouvir sobre o sofrimento. Entretanto, aquelas pessoas que escutam não comprometem-se levemente. Para, como todas as palavras, aquelas palavras as quais testemunham ao sofrimento podem ser enganosas. Uma pergunta deve sempre ser feita àquelas pessoas que nos pedem para segui-las porque dizem que estão sofrendo, ou dizem que são afetadas pelo sofrimento de outras, o que corresponde à mesma

coisa. E essa é a pergunta da verdade, a realidade do sofrimento o qual eles afirmam testemunhar.

No entanto, nós não podemos parar em tal formulação geral. O testemunho pode ser expressado em diferentes maneiras, e a verdade pode ser o objeto de diferentes tipos de teste. Há diferentes regimes de testemunhos ligados a diferentes regimes da verdade. Nas páginas seguintes, nós compararemos dois desses regimes, que podemos chamar de um “regime de justiça” e um “regime de amor”. A distinção entre essas duas formas de testemunho reside em ampla pesquisa realizada por mais de 10 anos, e voltaremos em seus principais traços. Essa pesquisa visa fornecer uma descrição sequencial das ações e interações, como um processo de mudança de um regime para o outro. Através dessa descrição sequencial de ações, buscamos contornar certos problemas colocados pelas pesquisas que adotam uma concepção unitária da ação, e, assim, ver as pessoas como impelidas por uma única motivação e lógica (tais como interesses egoístas). Ao mesmo tempo, esperamos definir uma posição mediana entre um agente completamente determinado e um sujeito livre. Nós devemos começar com uma ideia simples: existem diferentes regimes de ação e as pessoas podem mudar de um para o outro, uma vez que se satisfaçam as restrições específicas de cada. Podemos assumir que alguém se ajustará normalmente ao regime exigido pela situação, e ao regime no qual outras pessoas se encontram. Mas este ajuste não possui o caráter de uma obrigação. O tipo de restrição que estamos pensando nunca é suficiente para ser expressado na linguagem do determinismo.

Ao deparar-se com sofrimento, alguém pode tomar uma posição que coloca em primeiro plano a questão da responsabilidade. Em primeiro lugar, seria de se procurar saber se ela pode ser atribuída à ação – quer defeituosa ou maliciosa – de outras pessoas ou grupos (ao invés de coloca-la abaixo da con-

dição humana, por exemplo, ou ao acaso). Se assim for, seria de se procurar identificar os responsáveis, denunciá-los. A expiação, obtida em detrimento de outras pessoas condenadas a pagar uma dívida, é aqui a forma de reversibilidade do sofrimento. Ela pode ser material, no caso de restituição, por exemplo, ou simbólica, caso o dano seja irreparável, e a vítima pode ser restaurada apenas em termos de sua honra, e encontra-se reabilitada ou cresceu em estatura na memória dos outros. Pode-se dizer, então, que este é um regime de justiça.

Em um regime de justiça os requisitos de julgamento pressupõem a volta ao passado, na perspectiva de reconstituição. Acusação é retrospectiva. Além do mais, a acusação deve ser sustentada por prova sólida porque põe em questão as relações sociais, e pode levar à violência. A necessidade de distinguir o caminho tomado pela justiça daquele que conduz à violência e, por sua vez, obriga a uma submissão a uma dupla exigência. Em primeiro lugar, uma exigência de justificação (mas justificação pode ser apenas uma mentira, e a prova que ela invoca pode ser baseada na trapaça). Em segundo lugar, uma exigência de generalização, com referência ao bem comum. A necessidade de provar as acusações que uma pessoa fez, por sua vez, pressupõe uma contenção de emoção (indignação, raiva etc.), a fim de retirar a acusação do reino da paixão, e, de certa forma, desculpar-se. Este é o preço pago por ser capaz de desenvolver um argumento racional, que por si só reside na ativação de convenções da equivalência. Essas convenções conectam pessoas e objetos, os quais são creditados com a estabilidade e desapego decorrentes de sua falta de interioridade e intencionalidade. Por isso, elas são capazes de suportar o caráter objetivo (no duplo sentido de “real” e “imparcial”) da acusação e de fazer expiação calculável. Finalmente, a violência da acusação feita contra alguém apenas é suportável se for submetida a processos de dessingularização e generalização, o qual o destaca dos interesses egoístas de uma única pessoa para colocá-lo ao serviço de um interesse geral.

No entanto, há uma alternativa. Ela consiste em colocar de lado a questão da responsabilidade, e com ela a da justiça, para conter a indignação e raiva de alguém, para abster-se de qualquer tipo de acusação, e até mesmo julgamento, para virar-se com um estado de espírito útil para a pessoa que está sofrendo. Assim, a forma assumida pela reversibilidade consiste em recusar a fatalidade da infelicidade. Ou seja, não apenas para considerar que o sofrimento pode ser atenuado ou suprimido, mas também para se comportar como se fosse possível dar um passo

atrás antes de sofrer, para apaga-lo como se apaga um erro, o que equivale à mesma coisa, para dar a volta e colocá-lo a serviço dos fins que se opõem a ele. Para descrever esse tipo de relação para com o sofrimento, falaremos sobre um regime de amor.

Em um regime de amor, a consideração do presente ganha sobre o do passado (reconsiderado e redescoberto à luz da presença). O futuro se expressa sob a forma de esperança, isto é, não como um ponto de escape de um vetor que tem suas origens no passado, de acordo com uma sequência de causalidades, mas sim como se desenrolar a partir de um presente que já contém seu potencial. A privação do julgamento alivia o peso da prova, a qual permite o agrupamento de equivalências, e com elas os cálculos de que elas são as condições de possibilidade. Ao mesmo tempo, a referência a objetos perde o caráter de excesso de determinação que ela tinha no regime anterior, onde serviu para estabilizar e, se necessário, pacificar o relacionamento entre homens instáveis e vingativos. Por outro lado, não apenas a exigência de generalização é ausente, mas também a atenção a expressões vitais, especialmente ao sofrimento, tal qual está consignado em uma pessoa em particular, mantém o regime segundo uma restrição de singularidade, a qual torna problemática a operação de travessia para o coletivo.

Existe outra diferença a respeito da questão da reflexibilidade. Um regime de justiça possui um caráter reflexivo intenso, por que a estrutura de diálogo da disputa conduz cada participante a sempre voltar-se em direção ao seu próprio ser, e, nas posições as quais ele assume, leva a responder ao criticismo e justificar-se (muitas vezes com aumento da generalidade). Um regime de amor, por outro lado, só pode aceitar uma reflexividade mínima. Por conseguinte, quaisquer riscos de instrução metadescritiva para reviver a suspeita de uma intenção estratégica que, trazendo de volta para o primeiro plano os interesses e cálculos da pessoa que se expressa, comprometem a autenticidade das expressões de afeto (por exemplo, como vemos na declaração “Olha, eu estou dando a você sem contar”, a qual se nega ao criar a suspeita de cálculo: a pessoa que realmente dá sem contar não tem conhecimento disso, uma vez que, a fim de ter conhecimento explícito, é necessário contar).

Pode-se fazer uma suposição trivial de que no caso de uma interação, como um compromisso à distância, as pessoas têm uma tendência de coordenarem-se da forma mais econômica, em outras palavras, ao entrar em estados correspondentes ao regime que identificaram em outra pessoa, ou apenas ao ajustarem-se à proposta de compromisso feita a

elas. Essa coordenação, no entanto, não possui o caráter de determinismo mecânico. As pessoas podem adotar uma atitude de contenção, desconfiança e até mesmo rejeição ao depararem-se com uma proposta de compromisso, a qual é, então, sujeitada a um teste de aceitabilidade. O compromisso, mesmo se moderado, distante ou temporário, pressupõe o sacrifício das disposições, ações, estados do outro, os quais se excluem. Uma pessoa não se compromete ligeiramente; uma vez que um compromisso foi feito erroneamente, ou pelas razões erradas, mesmo que limitado no tempo e no reino da ação, ele será seguido por arrependimento (é possível que tenham se aproveitado de mim desta maneira?). Como evitar comprometer a si mesmo por causa de alguém cuja indignação é mal-intencionada ou enganosa; cujo amor não é genuíno, ou forte, que equivale à mesma coisa? Ao colocar à prova a validade da indignação, a força do amor. Mas como é desconhecida a interioridade da pessoa que se torna indignada ou que ama, e, à distância, o material se prova inacessível, é somente ao unir-se à própria proposta de compromisso, e ao pôr em prática o senso de aceitação – que é confiar na intuição ou nos sentimentos de alguém – que uma convicção pode ser estabelecida.

Tomando emprestado um termo da pragmática, podemos considerar que existem condições de felicidade para as propostas de compromisso em diferentes regimes, e que essas condições são suficientemente estáveis para ser matéria de um esclarecimento, conduzindo à descoberta de regras como em uma gramática. Doravante, gostaríamos de sugerir que as regras dependem da felicidade de uma proposta de compromisso, operando por meio da ação que exercem sobre o julgamento do senso comum do espectador.

Assim é o caso das propostas de compromisso estabelecidas em um regime de justiça. Como seria o teste de validade? Nós tentamos responder essa questão em um trabalho anterior ao, primeiramente, construir um modelo de sendo de justiça que as pessoas carregam em situações corriqueiras¹; em segundo lugar, através da definição de um enquadramento analítico e histórico para explicar as modalidades de compromisso a partir de uma distância numa ordem política, a qual coloca a questão do sofrimento no centro da argumentação² de alguém. Porém, os testes de realidade aos quais são submetidos, no primeiro caso a crítica e a justificativa, ou, no segundo caso

(isto é, quando uma proposta de compromisso é dirigida para contextos demasiado distantes para serem objetos de uma investigação), os testes os quais ativam uma sensibilidade política pré-estabelecida são precedidos, logicamente e, frequentemente, de forma cronológica, por um teste mais fundamental. Esse teste coloca em jogo a questão de saber se quem fez a queixa está ou não “em seus sentidos”, o que é psicologicamente normal. Nesse caso, poderíamos falar sobre um teste de normalidade. Para estudar isso, e para esboçar um modelo da competência no qual ele se encontra (senso de normalidade), nós analisamos um corpo de 215 cartas, muitas vezes bem longas (de 2 a 40 páginas), recebidos pelo departamento de informação geral do jornal *Le Monde*, onde nós encontramos denúncia de injustiças³.

2. O TESTE EMOCIONAL

Apresentaremos agora os resultados iniciais desta pesquisa, os quais fazem parte do nosso programa. Seu objetivo é submeter-se a um teste empírico de propostas de compromisso, não como no caso anterior, um regime de justiça, mas sim no que nós chamamos acima de regime de amor. A análise empírica das ações e proposições em um regime de amor representam à sociologia espinhosos problemas de acesso. Eles provêm, em primeiro lugar, da divisão entre domínio público e privado. Contrariamente às denúncias de injustiça que requerem julgamento público, os compromissos significantes em uma lógica de amor são, principalmente, a preocupação do domínio privado. Eles se tornam suspeitos assim que alegam fugir da intimidade, a qual constitui um mundo no qual a sociologia, uma atividade pública, normalmente não tem acesso. Esses compromissos de amor, que escapam da observação, não podem ser apreendidos por meio de entrevistas? É aqui onde encontramos uma das mais importantes características de um regime de amor, como brevemente recordamos no parágrafo anterior: reflexividade limitada. Adotar uma postura reflexiva e retrospectiva é inerente em uma situação de entrevista, na qual o sujeito é convidado a considerar a si mesmo como um objeto de reflexão. Isso tende a induzir uma redescritção de eventos passados e estados interiores que os acompanharam, em termos calculáveis, até mesmo como uma ação estratégica, a qual fecha o acesso à realidade da situação tal como ela se apresentou às pessoas envolvidas na época.

3 Um relato detalhado dessa pesquisa pode ser encontrado em BOLTANSKI, Luc. *L'amour et le justice comme compétence*. Paris, Métailié, 1990, pp. 253-366.

1 BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L., *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 1991.

2 BOLTANSKI, L. *La souffrance à distance*. Paris, Métailié, 1993.

Para contornar essas dificuldades, nós nos reunimos e selecionamos para estudar um corpus, feito a partir da coleção de mensagens telefônicas enviadas aos prisioneiros por pessoas próximas a eles – membros da família, amigos etc. Uma das muitas restrições colocadas sobre os prisioneiros é que não é possível ligar para alguém diretamente detrás das grades. Essas chamadas telefônicas tomavam um caminho indireto: o do rádio, para que os presos (exceto aqueles sob restrição especial) fossem autorizados a escutar em suas celas. Alguém que desejar falar com um prisioneiro liga na estação de rádio, a qual conecta os à frequência. Essas mensagens, transmitidas com dispensa especial das normais habituais de privacidade, são públicas. Todo aquele que ouve o rádio, na frequência e no momento em que elas são transmitidas, podem ouvi-las, e tem o direito estrito de fazê-lo⁴. Vimos que no caso de uma proposta pertinente a um regime de justiça, a questão central era a de normalidade.

O que acontece em um regime de amor? A questão importante não é, neste caso, tanto a de saber se o falante é psicologicamente normal, mas se ele ama a pessoa a qual se dirige; se ele realmente ama essa pessoa; isto é, se a mensagem que nós ouvimos é realmente uma mensagem de amor, nesse regime, é somente neste sentido que ela nos interessa. A fim de responder essa importante questão, possuímos apenas um recurso disponível a nós, e ele é a nossa emoção. Quando a mensagem nos emociona, é o sentido mais extraordinário do termo (que usamos, por exemplo, quando saímos de um filme que cha-

4 Quando registramos as mensagens usadas no trabalho aqui apresentado (1991), três estações de rádio, transmitindo em FM na região de Paris, transmitiram mensagens durante programas diários destinadas prioritariamente a pessoas em custódia: Rádio Notre Dame (Le téléphone du dimanche), Rádio Beur (Parloir 107), que cessaram a transmissão, e Rádio Libertaire (Ras les murs). No estudo apresentado aqui, nós mantivemos apenas as mensagens transmitidas na Rádio Notre Dame, uma estação de rádio católica dependente da diocese de Paris. Esse foi o único programa que nos permitiu coletar, ao longo de um período bastante logo, um número suficiente de mensagens de pessoas de diferentes origens, especialmente étnicas. Havia aproximadamente 50 mensagens transmitidas por hora de tempo de transmissão. O fato que certos interlocutores usaram, por sua vez, Le téléphone du Dimanche e Parloir 107 (o programa da Rádio Beur programme que registramos sobre o mesmo período de tempo e cujo apresentador entrevistamos) para transmitir suas mensagens, parece excluir a hipótese de uma clientela particular, aparentemente cativa, ligada a ajudar a rede e obediência confessional.

maríamos de “emocionante”), nós temos certeza absoluta que é uma mensagem de amor. A emoção é tanto a operadora do julgamento que fazemos quanto a forma que o nosso compromisso assume quando, ao abandonar uma atitude indiferente ou individual, nós descobrimos que somos afetados por aqueles a quem a mensagem reuniu: pelo prisioneiro de quem não sabemos nada, ou quase nada, e pela pessoa que fala com ele.

Portanto, nós sujeitamos as mensagens a um teste, relacionando a uma escala de emoções. O teste emocional desempenha um papel central em um regime de amor, na medida que constitui uma exteriorização da interioridade. Nesse regime, o compromisso possui uma chance de ser real, autêntico, quando ocorre, não superficialmente no nível das aparências, mas, por assim dizer, quando ocorre “de coração para coração”. Reunir-se em torno de uma causa e estabelecer-se um coletivo, não surgem, como em um regime de justiça, por meio de uma convergência de julgamentos, mas sim pela circulação de emoções que se espalha de interioridade à interioridade.

Neste regime, a emoção está intimamente ligada à verdade. O acesso à verdade não é adquirido nem pela exploração argumentativa de princípios convencionais nem por juntar objetos sob uma restrição de generalização – como é o caso no regime de justiça – mas sim pela revelação da interioridade na exterioridade. A verdade é que a manifestação é posta à prova, portanto, menos pelo exame de demonstrações (a coerência das etapas em um argumento, por exemplo) do que pelo que é revelado através do modo de enunciação. Em outras palavras, é um acontecimento, e medido pelas mudanças que induz nas pessoas que se encontram confrontadas por ele. Também porque estabelece uma ligação paradoxal entre duas ordens separadas, que emoção em um regime de amor é, por natureza, não intencional. A intenção, a qual se manifesta em planos para ação, é um estado que, direcionado para o exterior, é dependente do nível de exterioridade. A exteriorização da interioridade projeta emoção no plano das intenções, e submerge ou apoderasse delas. O não meramente involuntário, porém mais especialmente não estratégico caráter da emoção, o qual não pode ser planejado e cuja modalidade da aparência é emergência é que, para o senso comum, cumpre uma expectativa de autenticidade, e então faz desnecessária a realização de testes.

No trabalho aqui apresentado, nós não procuramos “ver através das pessoas” quando elas expressam suas emoções (como é o caso, normalmente, no campo da sociologia das emoções). Pelo contrário, nós procuramos aproveitar sua capacidade normal de

comprometerem-se emocionalmente, a fim de esclarecer o relacionamento no qual nós colocamos um objeto quando nós o chamamos de “emocionante”. Foi adotado o procedimento a seguir. Nós fizemos uma fita das 118 mensagens tiradas de diferentes programas em um período de seis meses, e tocamos essa fita para dois grupos de aproximadamente 10 pessoas cada. A tarefa a eles pedida (em aproximadamente três horas, com um intervalo no meio) foi ouvir às mensagens e, depois de cada uma, de forma rápida e sem muita deliberação, preencher um pequeno formulário sobre o estado emocional do falante e o estado emocional do ouvinte (“Agora pense sobre o que você sentiu ao ouvir esta mensagem. Você diria que ela deixou em você uma impressão francamente hostil / desagradável / banal / emocionante / esmagadora?”).

As 118 mensagens foram codificadas de acordo com cinquenta propriedades⁵. A maioria da codificação foi feita por uma transcrição, embora algumas propriedades tenham sido codificadas diretamente da fita de áudio. O mais importante a respeito do estilo geral de entrega, enquanto se manteve o mais próximo possível dos métodos comuns de apreciação⁶. A questão da “oralidade”, a oposição entre “voz viva” (*la vive voix*) e “letra morta” (*la lettre morte*), usando os termos de Ivan Fonagy⁷, desempenha um papel central em nosso estudo. Portanto, parece que a habilidade de emocionar está ligada principalmente, nesse caso, à “oralidade”. Assim, as mensagens julgadas emocionantes ou esmagadoras quando escutadas, são consideradas banais, mesmo sem o menor interesse, quando é dada à alguém a transcrição escrita para ser lida. Esse resultado está ligado, em nossa opinião, ao efeito da presença que a voz produz. A voz constitui um dos principais meios através dos quais uma pessoa com um corpo pode manifestar sua presença. A esse respeito, difere-se da escrita, e,

5 Essa pesquisa foi realizada em colaboração com Marie-Noëlle Godet. Chloé Latour participou na produção da fita. Damien Cartron foi responsável pelo trabalho estatístico. Nós também gostaríamos de agradecer Klaus Scherer por seu conselho, e sem que esse trabalho não seria possível. Também Jean-Louis Derouet e Henri Paicheler, que nos ajudaram a montar nossos grupos de ouvintes.

6 Nós podemos distinguir, por exemplo, um estilo de entrega monótono ou epistolar (que adotaram ao ler a palavra escrita), um estilo *intimista* (adotado ao falar, em privado, com um amigo próximo) ou um estilo como se endereçando-se a todos em geral ou a nenhum em particular. Ou ainda, um estilo *otimista* ou *alegre*, ou um estilo *depressivo*, *suplicante* ou *amargo*.

7 FONAGY, I., *La Vive Voix. Essai de psycho-phonétique*. Paris, Payot, 1983 (prefácio por Roman Jakobson).

em particular, da palavra impressa, que, ao contrário da escrita, não retém vestígios do corpo da pessoa. Uma das características dos meios de comunicação modernos – rádio ou televisão – em oposição aos jornais, é precisamente a possibilidade de transmitir os efeitos da presença a partir de uma distância. Se for verdade que, em um regime de amor, a presença das pessoas deve ser manifestada, é, principalmente, por meio da voz que ela pode ser incorporada.

3. A ANÁLISE FATORIAL DAS EMOÇÕES

Nós realizamos uma análise estatística das mensagens e dos formulários preenchidos pelos ouvintes, com foco principalmente em uma análise fatorial de correspondências. Daremos uma interpretação rápida dos três primeiros eixos, conforme demonstração da análise fatorial, e do plano formado pela interseção do primeiro e terceiro eixos.

1) O primeiro eixo (13,4% da variação) expressa as diferenças a respeito da intensidade de investimento ou compromisso do falante exibidos na mensagem, ou, por assim dizer, a força da mensagem. As marcas de um compromisso fraco (extrema direita) – como, por exemplo, a brevidade da mensagem ou o fato que ela é entregue em um mesmo tom – opõem as marcas de um forte compromisso (extrema esquerda) – mensagens longas, por exemplo, ou aquelas entregues em um estilo suplicante ou amargo. Desde já, nesse tipo de contexto, a dimensão do compromisso e a força da mensagem podem ser interpretadas – como costuma ser o caso quando se trata de julgar força – ao introduzir uma referência a uma oposição entre desapego (força mínima) e agressão (força máxima). As forças de compromisso julgadas como as mais válidas, isto é, aquelas mais claramente orientadas para os interesses do destinatário, encontraram-se em posição mediana.

2) O segundo eixo (8% da variação) expressa a diferença no que diz respeito à natureza dos atos ilocucionários mais marcantes. Num extremo, encontramos os atos ilocucionários que possuem um grande componente perlocucionário. Por sua invenção, o falante compromete-se a assegurar que o destinatário – no caso, o prisioneiro – faça alguma coisa, e mais precisamente, dada a sua aderência fraca ao mundo, atue sobre si mesmo a fim de modificar seu comportamento, e especialmente seu estado interior. Podemos relacionar esses atos a *diretivas*, na taxonomia de Searle, ou a *prescritivas performativas* na classificação de Récanati⁸. No extremo oposto ao segundo eixo,

8 SEARLE, J., *Sens et expression. Etudes de théories des actes de langage*. Paris, Minuit, 1982, especially pp. 39-70,

encontramos atos ilocucionários que podem ser relacionados às constativas de Récanati, ou às assertivas de Searle, cuja função é fornecer contas baseadas em fatos e abordagens vericondicionais, ou seja, no que nos diz respeito, disponibilizar aos presos uma pequena parte do mundo do qual eles estão separados. 3) O terceiro fator (6.9% da variação total) é sobre os estados psicológicos ou internos, tal como eles são revelados na mensagem e desempenham um papel essencial nas reações emocionais dos ouvintes. Isso se opõe aos estados marcados pelo desejo, necessidade, saudade de alguém, perda, e, conseqüentemente, pelo sofrimento, ansiedade (mas também culpa), associados com grande aflição, aos estados cuja expressão (no caso que nos interessa, natural ou forçada) está mais ligada à semântica do prazer, como é o caso quando o estilo de entrega é animado ou entusiástico, ou quando as declarações contêm felicitações (quando comemoram um aniversário, por exemplo) etc. Uma posição intermediária é marcada pela calma e reserva, como quando se diz que alguém está falando em um estilo calmo e relaxado.

O plano fatorial mais pertinente à nossa pesquisa é aquele formado pela intersecção do primeiro e terceiro eixos. Ela nos permite identificar cinco principais agregados. O primeiro agregado (A), situado na extremidade direita do primeiro eixo, contém modalidades correspondentes a um fraco comprometimento por parte do falante (mensagens curtas), que às vezes se expressa em um estilo indireto (“diga a ele que...”) e com voz monótona. Podemos identificar um segundo agregado (B), situado na parte inferior do terceiro eixo (nenhuma expressão de saudade ou sofrimento, e, ainda, no extremo da parte inferior do terceiro eixo, uma exibição de otimismo), o qual é distribuído ao longo do primeiro eixo em concordância com o grau de compromisso exibido pelo falante. Podemos encontrar, nessa zona, as modalidades por meio das quais o mundo exterior penetra a mensagem, e que, de uma forma ou outra, limita a expressão dos estados interiores. Trata-se principalmente de mensagens de simpatia, solidariedade ou de apoio (vindas de amigos ou ex-reclusos), entregues em estilo animado e faladas de maneira que façam referência às atividades dos prisioneiros na prisão e a uma libertação próxima, a visitas e cartas.

Com o olhar na extrema esquerda do primeiro eixo, encontramos um grupo de modalidades que demonstram maior compromisso. Nestas mensagens, as quais são longas e geralmente provêm de companheiros do sexo feminino, e mais, especialmente

and RÉCANATI, F. *Les énoncés performatifs*. Paris, Minuit, 1981, pp. 175-185 (classification of illocutionary acts).

esposas (o falante normalmente é uma mulher), há uma referência a objetos que o prisioneiro precisa, uma descrição fatural da vida diária ou das providências tomadas a favor do prisioneiro (contato com o advogado etc.). O estilo de entrega é íntimo, como quando alguém relata algo a alguém próximo, quem sabe sobre o que se fala, como se a vida conjugal continuasse. Essas mensagens são consideradas “banais” pelos ouvintes. O falante é julgado como “distante”, “pouco emocionado” e “fracamente afetado” pela ausência do prisioneiro.

Os julgamentos das emoções são encontrados na parte superior do plano caracterizados pelo fato de que o sentimento do falante de “privação”, “desejo”, e “sofrimento” são expressos aqui. Mas, se examinarmos a posição das opções dadas aos juízes para descrever suas próprias emoções, podemos distinguir quatro zonas que se referem a emoções e sentimentos diferentes, e que formam, no âmbito do plano fatorial, uma espécie de *carte du tendre*. Na parte superior extrema do terceiro eixo (C), encontramos mensagens cujo efeito é considerado como *esmagador, sufocante*. As mensagens contêm grandes manifestações de ansiedade, numerosas referências à falta de cartas, e ao silêncio do prisioneiro, cujo destino causa preocupação. Elas são entregues em uma voz cheia de emoção, implorando e às vezes intercaladas com lágrimas (que os juízes reconhecem, julgando os falantes como muito chateados, e considerando-os como grande sofredores com a ausência do prisioneiro). Esta é a zona onde se encontra, por exemplo, o adolescente ligando para seu pai na prisão.

Ainda na parte superior do segundo plano fatorial (onde se expressa a saudade e o sofrimento), mas na extremidade esquerda do primeiro eixo (grande força ilocucionária, dando a impressão de agressividade), encontramos mensagens (D) que os juízes rotularam como *francamente hostis*. O falante, quem fala com uma voz amarga, muito direta, misturando ordens e reprovações, é considerado “duro”, e os juízes pensam que a sua mensagem não se consegue deixá-lo mais próximo do prisioneiro. As mensagens que recebem a descrição impressão desagradável ocupam uma posição interessante (E) entre as mensagens que incitam uma reação *hostil*, e essas mensagens ditas *esmagadoras/ sufocantes*. Situado, como estes dois últimos, na parte superior esquerda do plano, mas mais perto do centro, elas estão associadas com o sofrimento, o qual é distribuído como tal, sob a forma de uma reclamação. O falante se expressa em uma voz deprimida, apresentando-se como indisposto, desanimado, deprimido, e que mostra preocupações, sem qualquer ligação direta com o prisioneiro. O falante,

dizendo que está sofrendo e se sentindo mal, volta para si mesmo. É esta autoindulgência que é traída pela reclamação, a qual desperta um sentimento desagradável nos juízes. O desconforto deles decorre da dificuldade em rotular essas mensagens, as quais não podem ser criticadas em termos de dureza ou de agressividade latente, sem, ao mesmo tempo, serem creditadas com espontaneidade, auto apagamento, desinteresse, postura de oblatividade, que em nossa cultura estão associados ao amor verdadeiro.

E sobre as mensagens julgadas simplesmente como *emocionantes* (F), que são, como é de se esperar, as mais numerosas na amostra (após as mensagens banais)? Uma mensagem é simplesmente emocionante quando o falante consegue expressar ternura, evitando o tropeço das posições anteriores: contando ao prisioneiro que está acontecendo do lado de fora sem incitar um sentimento muito grande de ausência e distância, e sem sobrecarregar a mensagem com relatos que submergem a expressão da interioridade; assumindo a responsabilidade por ele, mas sem muita diretividade; exibindo tristeza e desejo por seu retorno, embora com paciência e sem ceder na crítica agressiva; mostrando-lhe que ele é amado (sinais de explosão emocional), e que o falante está preocupado com ele, sem esmagá-lo sob manifestações de ansiedade, que podem, em contrapartida, incitar angústia no prisioneiro pela pessoa que está ligando (e quem é, com frequência, um amigo próximo ou parente com quem, devemos supor, o prisioneiro se preocupa), e pelas mesmas razões, sem reclamações; abrindo o futuro com a promessa de uma presença contínua (“Eu sempre estarei aqui”), sem excluí-lo pela expressão de planos que são muito precisos e cujo realismo temporal coloca a ênfase na duração do encarceramento. Tendo em conta estas diferentes restrições, não se pode dizer muito. Então, nós não devemos nos surpreender que essas mensagens, muitas vezes provenientes das esposas dos prisioneiros, e expressas em um tom intimista, muitas vezes com implicações discretas, embora mais do que saudações de irmãos, irmãs, ou amigos, devam, apesar de tudo, ser bastante curtas.

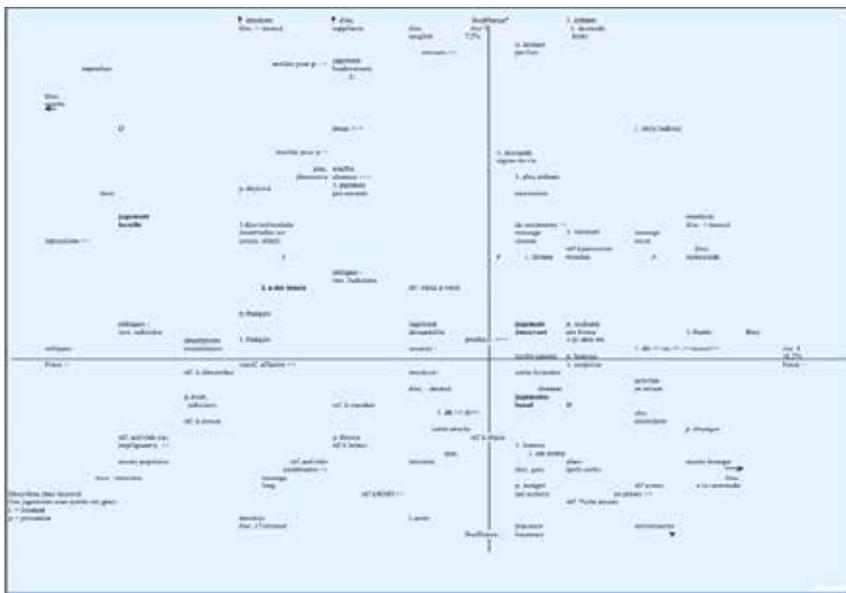
4. SIMETRIA E REVERSIBILIDADE

Vamos agora apresentar um esboço de um modelo que visa fornecer um relato de como as pessoas fazem uma divisão entre as mensagens que são emocionantes e as que não são, ou, mais em geral, esclarecer o que queremos dizer, em linguagem comum, quando descrevemos uma expressão como “emocionante”. Vamos supor que a mensagem é emocionante

quando, superando os obstáculos da comunicação ligada ao caráter assimétrico da situação do falante e a do destinatário, **a)** ela consegue reunir a pessoa atrás das grades e a pessoa em liberdade, quem expressa algo a ele, e quando **b)** esta operação, que tem uma certa magia, no sentido de que ela supera obstáculos ditados pela natureza do tempo e do espaço, pode ser atribuída ao amor que os protagonistas têm um pelo outro. Para que essa operação seja bem-sucedida, o mínimo necessário é que: **a)** a presença do falante se manifeste, e **b)** a presença do destinatário deve ser igual.

O próprio falante pode estar mais, ou menos, presente na mensagem. É essa presença mais ou menos intensa que é traduzida no grau de seu compromisso, como descrito pelo primeiro eixo. A presença suficiente do falante constitui uma das condições mínimas para o compromisso do ouvinte. Se o falante não estiver presente, não há quem o ouvinte possa seguir. Em toda mensagem, há sempre alguém que expressa algo. Mas a pessoa que fala pode, de alguma forma, estar ausente de suas palavras. Ela pode deixar de investir suas palavras com sua presença (um pouco como quando dizemos de alguém que está sonhando em uma situação que exige uma intervenção, estando “ausente”). A mensagem não tem carne, e é entregue como se não tivesse sido dita por alguém. Esta ausência de pessoa na declaração é, sem dúvida, revelada principalmente pela voz. No rádio, a ausência de sinais visuais desloca todo o peso para a presença da voz. Como uma parte do corpo, ela deve realizar sozinha a tarefa de encarnar a pessoa que, na televisão, também pode usar expressões faciais, gestos, linguagem corporal, etc. Portanto, por exemplo, mensagens entregues, ou lidas, em um tom monótono, como se lê um texto escrito (o que é, por conseguinte, separado da pessoa que faz a declaração), não garantem uma presença suficiente pelo falante, que é tão fracamente incorporado no texto que outro falante poderia substituí-lo. A declaração está lá, mas não é o enunciador que faz essa declaração.

Se a presença do falante parece ser a condição mínima de um compromisso emocional, não é, no entanto, suficiente. Para entender o caráter emocional das mensagens, devemos também levar em conta a maneira em que a presença do destinatário se manifesta. Em que sentido se pode falar da presença do destinatário, dado que, incapaz de responder, sua voz nunca é escutada? Devemos supor que o destinatário pode, apesar de tudo, atingir um tipo de presença – precisamente aquela que às vezes é creditada às pessoas ausentes ou mortas – que se manifesta na forma



em que o falante se dirige a ele⁹. É o falante que, imaginando um espaço em suas palavras, assegura sua presença. Nesta hipótese, o destinatário pode estar ausente por dois motivos diferentes: a) porque o falante está ausente. Um falante que não pode garantir a sua própria presença, claramente não pode garantir a do destinatário; b) porque o falante ocupa todo o espaço.

Mas como pode o falante imaginar um espaço em sua mensagem para a pessoa a quem ele está falando? Ao demonstrar, de uma forma adequada, que ele realmente está pensando nele, isto é, mais precisamente: em primeiro lugar, abrir a lista de rótulos que podem ser conferidas a ele; em seguida, levar em consideração o caráter muito assimétrico do relacionamento (um é livre, o outro atrás das grades; um fala, o outro não pode responder), e pela tentativa de reduzir essa assimetria, ou pelo menos, de não aumentá-la. Podemos dizer, portanto, que a mensagem falha (do ponto de vista de um regime de amor), quando ele ajuda a manter essa assimetria por não levá-la em conta, ou pior, quando ela aumenta.

Para começar, vamos examinar a primeira dimensão, a da “rotulagem” ou “etiquetagem”, que desempenha um papel essencial, pois dela depende a possibilidade de concessão de relevância para os outros fatores assimétricos, e, assim, o acesso à condição de pessoa para o destinatário. Na tradição ocidental, a noção de pessoa (diferente da noção de indivíduo no liberalismo) remete à questão da “rotulagem” (ou, em termos aristotélicos, potenciais). É a atribuição de um potencial desconhecido, nunca empobrecido pelos atos que o revelam, que, em nossa metafísica comum,

⁹ Na antropologia da presença e, especialmente, na maneira em que as pessoas ausentes manifestam sua presença, cf., E. Claverie, “Voir apparaître. Les apparitions de la Vierge à Medjugorje”, *Raisons Pratiques*, 2, 1991, pp 157-176.

compõe uma pessoa. Para o ouvinte comum que, em sua atenção errante, penetra o universo aberto a ele pelas mensagens, um prisioneiro é um prisioneiro. O rótulo de prisioneiro substitui todas as outras etiquetas possíveis. É por ser submetido a condições de prisão que ele é imediatamente rotulado. Essas condições são, por definição, redutoras e mutiladoras.

Uma maneira de quebrar ou limitar esta primeira assimetria, e de revelar um destinatário incorporado em uma forma pessoal, consiste em falar com ele em termos e etiquetas que não estão incluídos na condição de prisioneiro, ou que se separam claramente dessa condição. É ao falar com o destinatário, como um pai afetuosamente, um filho ou uma filha querida; como o membro de uma família com todos os seus hábitos, costumes, festas, ou como alguém em um grupo de amigos; como alguém que tem uma tia no interior, um sobrinho aprendendo violino, etc., que ele a é dada, por assim dizer, uma forma humana, e que, ao mesmo tempo, o que é desumano sobre as condições carcerárias às quais ele é submetido, se destaca de forma mais acentuada. Este preenchimento da pessoa do destinatário é uma das condições para o falante perceber que a pessoa a quem a mensagem é dirigida é um ser humano comum, alguém como ele, como as pessoas que ele conhece, com uma vida comum, uma família, filhos, um emprego etc., de modo que os sofrimentos do prisioneiro, e, quando expressos, os do falante, que tinha, até então, mantido uma personagem alienígena, distante, ou mesmo quase ficcional, impõem-se no ouvinte e comprometem-se a ele, como se ele pudesse fazer algo para reduzir ou detê-los.

É apenas quando o prisioneiro é reintegrado numa humanidade comum, que as outras formas de assimetria que nós identificamos entram em jogo, e vamos enumerá-las brevemente agora. A mensagem

pode estabelecer uma relação assimétrica a partir do ponto de vista de sofrimento. Três situações surgem. Em primeiro lugar, um prisioneiro que supomos estar sofrendo, embora a pessoa que fala com ele não aparenta sofrer. Ele diz que está bem (“Eu me sinto bem, eu espero que você também”), e, em um tom de voz animado, pronuncia frases otimistas (mesmo esse otimismo superficial tem uma sensação de ser forçado).

A segunda situação assimétrica ligada ao sofrimento é: (o prisioneiro sofre) / o falante sofre, mas em um sentido pessoal. A expressão do sofrimento ameaça o sucesso da mensagem quando ela ignora a especularidade afetiva que rege o relacionamento entre os participantes num regime de amor. O falante deve, com efeito, ter em conta a medida que a demonstração de seu próprio sofrimento pode aumentar a do destinatário, na medida em que ele se preocupa com o falante, assim como o falante se preocupa com ele. Reclamações afetam o equilíbrio da relação, em favor do falante, cujo sofrimento ocupa todo o espaço e ofusca o sofrimento do prisioneiro.

Podemos encontrar uma terceira forma de assimetria. Nesta situação, o falante permite que o seu sofrimento saia (por exemplo, sua voz é intercalada com lágrimas). Este sofrimento explode involuntariamente. Em contraste com a situação anterior, ele não parece se preocupar com o próprio sofrimento. O fracasso da mensagem provém de uma outra causa: o falante desabafa seu sofrimento a alguém que não está lá, um pouco como a maneira pela qual uma pessoa em luto se deixa ir em desespero ao túmulo. Ele sofre, mas ele está sozinho. A intensidade do seu sofrimento lhe dá uma presença forte, mas o destinatário está como morto. A presença da pessoa ausente não é garantida.

A mensagem também pode estabelecer uma relação assimétrica a respeito de discussão, dominação e liberdade de movimento. As mensagens reforçam as assimetrias relacionadas à situação de comunicação, quando elas contêm atos de linguagem que implicam o destinatário ou de uma terceira parte. Assim, carregando uma dimensão agressiva, essas mensagens implicam, para ser justo, a possibilidade de defesa. Este é o caso com as mensagens que contêm críticas e censuras. O falante critica outras pessoas, mas o destinatário pode não concordar com essas críticas. Ou o falante censura o destinatário, mas o último não pode se defender. Desta forma, o falante parece tirar proveito da assimetria da situação, que, por conseguinte, é aumentada. Poderíamos fazer observações semelhantes sobre dominação e hierarquia. Por estar na prisão, o destinatário é dominado. O falante tam-

bém pode experimentar os efeitos da dominação (no trabalho, por exemplo). Mas é razoável supor que ele é claramente menos dominado do que o prisioneiro. Se o falante parece ser autoritário, ou arrogante, se a mensagem contém um grande número de ordens e, de forma mais geral, de atos de linguagem de uma natureza diretiva e com uma dimensão perlocucionária, a situação assimétrica em relação à dominação é reforçada. Por este aspecto de posição dominante, o falante aumenta a dominação sentida pelo prisioneiro, mesmo que possa justificar o seu autoritarismo afirmando estar agindo para o bem do prisioneiro. Em seguida, as mensagens que contêm numerosas ordens recebem frequentemente uma reação hostil, da mesma maneira que as mensagens que contêm críticas ou censuras.

Finalmente, o prisioneiro não tem a liberdade de movimento, enquanto o falante é livre. Ele pode (dentro dos limites de restrições comuns) ir às compras, ver a família ou amigos, ir a um restaurante ou o cinema, viajar, tirar férias, etc. Ele realiza essas atividades dentro de um grupo que o prisioneiro foi removido. No sentido de que telefonar para o prisioneiro também pode consistir em dar-lhe notícias sobre o grupo ao qual ele pertence, o falante pode ser conduzido a relatar fatos e acontecimentos que implicam na liberdade de movimento de qual o prisioneiro é privado. Ao fazer isso, o falante traz a dissimetria entre a liberdade que ele desfruta e as condições carcerárias do prisioneiro. Uma forma de reduzir essa assimetria (e de mostrar tato), consiste em relatar fatos e acontecimentos que acontecem externamente, no melhor interesse do prisioneiro (um menino fala com seu irmão “Oh, você estava me perguntando sobre o futebol, Didier, como estava indo. Este ano terminamos em primeiro lugar. Mal posso esperar você estar aqui para a próxima temporada!” nº 42). Podemos observar uma possível tensão entre a assimetria de acordo com a rotulagem e a assimetria de acordo com a liberdade de movimento. Com efeito, uma das maneiras de estender a lista de rótulos para o prisioneiro consiste em descrever os eventos exteriores com os quais ele está conectado por uma ou outra das suas características. Mas, ao fazer isso, há um risco de tornar a falta de liberdade mais perceptível, sublinhando a impossibilidade de sua participação nesses eventos.

O que significa se emocionar? Nós dissemos que a maneira a qual a emoção torna-se conhecida é através de um aparecimento súbito, involuntário. A atenção, que estava vagando, é subitamente concentrada no que é dito; o ouvinte de repente se vê envolvido, preocupado, focado; ele se torna consciente, e com sua afetividade e julgamento, compromete-se a um

